

Segunda Reunião da CRH



Há dias os representantes da Intersindical e da Celesc se reuniram em mais uma reunião da CRH; onde além dos assuntos pendentes da reunião anterior, foram tratados pendências do ACT e do acordado junto ao Ministério Público do Trabalho – MPT. Segue a sequência das demandas:

Progressão no PCS – Silmara: O representante do SindiQuímica trouxe a demanda sobre a revisão do PCS da funcionária Silmara. Ela cumpriu os requisitos para a pontuação por maturidade. Todavia, a empresa informou que ela esteve em licença sem remuneração por um período de 10 meses durante o ciclo de avaliação do PCS e, portanto, não teria direito de ter sua pontuação validada. Esta decisão foi tomada pela diretoria colegiada, com base na interpretação feita por esta sobre a instrução normativa I-131.0022 do PCS. De acordo com a Ana Beatriz (chefe do DPGP), qualquer funcionário que sair em licença sem remuneração, perde o direito a pontuar no PCS, independente do tempo da licença.

Esta informação não encontra-se explícita na I-131.0022, a qual traz como critério para promoção horizontal por merecimento: “estar em pleno exercício de suas atividades no mesmo cargo, nos últimos 12 meses”. Solicitado encaminhar ao Sr. Hilário Fonseca (assistente da DGC).

Reposição de mão de obra – Concurso Público: Desde 2023 os técnicos da área de química pedem reposição de vaga disponibilizada e solicitam a chamada do último concurso. A empresa informou que cabe ao diretor da área definir as prioridades de reposição e que estão aguardando a definição orçamentária para 2026 para poder atender estas reposições. A Intersindical alertou que algumas reposições tem urgência, como no caso da área de química, que por se tratar de área periculosa, não podem trabalhar sozinho. Ainda dentro deste tema, foi lembrado também sobre a reposição e readequação de mão de obra dos Técnicos Industriais; principalmente para o quadro de Operadores do Sistema Elétrico de Distribuição e Geração (COD, COSD, COG); lembrando ainda que a atualização da NR01 traz novas responsabilidades para os gestores, ao incluir a avaliação de riscos psicossociais no Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO/PGR); a partir de maio de 2025.

Hora Indenizatória: Tema que foi assumido pela Celesc junto ao MPT, que é de indenizar na forma de que os profissionais que rotineiramente a trabalho, pernoitam longos períodos fora de casa; e que tenham a cada oito horas fora de seu domicílio, uma hora de crédito no banco de horas (BH). A empresa trouxe a proposta de a cada três meses uma hora no BH; o que não foi aceito. Foi ponderado que não atende a necessidade dos profissionais que viajam frequentemente por longos períodos. Diante da necessidade de melhor entender a demanda e buscar alternativas, foi definido que a empresa irá trazer na próxima reunião do CRH; deixando claro que irá atender o pleito.

Reajuste das Diárias: Foi lembrado que tinha sido acertado que as diárias sofreriam reajuste anual, o que não ocorreu. Novamente foi colocado pela empresa que este reajuste vai depender do fechamento do orçamento de 2026. Informamos que o valor da diária não cobre os custos de alimentação, ao que a Celesc, pasmem, pede nota de comprovação dos custos a mais que tiverem; para reembolso. O representante do Senge; Ricardo Krause, que viaja com frequência, informou que já fez isto e não teve reembolso. Percebemos que como os que cuidam desta demanda, não viajam frequentemente, não o sentimento do daqueles que viajam passam. Mas foi informado aos representantes da empresa, que continuaremos trazendo esta demanda na mesa.

Atualização do Perfil Profissiográfico Profissional - PPP: Foi colocado, que a informação sobre o trabalho periculoso (Periculosidade) não está sendo reconhecido para o INSS. A empresa alega que realmente o trabalho no sistema elétrico de potência (SEP), não está sendo reconhecido INSS; porém foi retrucado, pois reconhece as atividades do eletricitista. Desta forma, foi acertado uma reunião com o SESI, para esclarecimentos e orientações.

Falta de veículos – Redução da frota: Trazido a informação da falta veículos, e isto está prejudicando a execução das atividades e que a opção de viajar com veículo próprio não está sendo bem recebida. A empresa alega que fez estudo e reduziu os veículos locados em 10% (dez por cento), isto se baseou nos dados de frota que permanecem no pátio, na central agências regionais por longos períodos sem uso, e ainda que muitos solicitam veículos, mas que os mesmos não são usados.

Ajuda de custo de 50% do valor da diária: Foi cobrado da CRH anterior, resposta sobre a solicitação de 50% do valor da diária aos empregados que no período mínimo de seis horas contínuas de permanência ou deslocamento a serviço, nos municípios que fazem parte da sua regional, não retornam ao seu local de lotação. O DPAD na reunião anterior do CRH, informou que já estavam fazendo este estudo. Foi definido que a reivindicação, volta na próxima CRH.

Finalizando, informamos que foi entregue a empresa dois documentos: Minuta de instrução sobre a hora indenizatória e proposta de melhoria sobre a movimentação de pessoal.

INTERSINDICAL NA LUTA POR UMA EMPRESA PÚBLICA E EFICAZ.

FILIE-SE AO SINDICATO DE SUA CATEGORIA

SENGE-SC / SINTEC-SC / SAESC / SINDECON-SC / SINDIQUÍMICA-SC